

**A CATEGORIA “ORDEM PATRIARCAL DE GÊNERO”
NO PENSAMENTO DE HELEIETH SAFFIOTI:
aproximações introdutórias**

***THE CATEGORY “PATRIARCHAL GENDER ORDER”
IN HELEIETH SAFFIOTI’S THOUGHT:
introductory approaches***

Leonardo Nogueira *

Resumo

Heleieth Saffioti é uma das principais intelectuais feministas do Brasil. Sua vasta contribuição se insere no âmbito do pensamento social brasileiro, nos estudos de gênero, na Sociologia do Trabalho e no debate sobre a violência contra as mulheres. Neste trabalho, procura-se enfatizar o caráter pioneiro de Saffioti ao articular gênero e patriarcado sintetizado na categoria “ordem patriarcal de gênero”. A partir de uma pesquisa bibliográfica, contemplando ensaios de Saffioti e de suas interlocutoras, apresenta-se a construção teórico-metodológica da categoria “ordem patriarcal de gênero”, tematizando a articulação entre o patriarcado, o racismo e o capitalismo, e o balanço crítico sobre gênero e patriarcado.

Palavras-chave: Gênero. Patriarcado. Ordem patriarcal de gênero. Heleieth Saffioti.

Abstract

Heleieth Saffioti is one of the leading feminist intellectuals in Brazil. Her vast contribution falls within the scope of Brazilian social thought, in gender studies, in the sociology of work and in the debate on violence against women. This work seeks to emphasize Saffioti’s pioneering character in articulating gender and patriarchy synthesized in the category patriarchal gender order. Based on a bibliographic research, covering Saffioti’s essays and her interlocutors, the theoretical-methodological construction of the gender patriarchal order category is presented, with the articulation between patriarchy, racism and capitalism and the critical balance on gender and patriarchy.

Keywords: Gender. Patriarchy. Patriarchal order of gender. Heleieth Saffioti.

Introdução

Qualquer leitora(o) ao se aproximar do pensamento de Heleieth Saffioti se indaga sobre a grandeza intelectual e o amplo alcance de sua produção no âmbito do pensamento social brasileiro e dos chamados estudos de gênero. Do seu estudo inaugural, intitulado “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”, ao último livro de sua trajetória, “Gênero, patriarcado, violência”, Saffioti nos legou uma capacidade singular ao colocar em diálogo os textos clássicos da teoria social crítica e as abordagens contemporâneas. Heleieth Saffioti foi uma intelectual marxista destacada ao atualizar a contribuição do diverso campo de estudos intitulado “feminismo socialista”. Sua vasta produção teórica adensou o estudo da produção e da reprodução social no capitalismo ao evidenciar o papel que as mulheres (e as relações de gênero) desempenham na totalidade social.

* Assistente social, professor do departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto e doutorando em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: leonardonogueira@ufop.edu.br

Mesmo podendo incorrer em omissões, considera-se que o esforço teórico-metodológico da autora propiciou dois movimentos umbilicalmente articulados. O primeiro movimento consiste numa sagaz apropriação do método materialista histórico e dialético. Realizando uma exegese de sua célebre tese “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”, após décadas de acúmulo das teorias feministas de fácil acesso hoje, afirmar-se que Saffioti dissecou o conteúdo das relações de gênero subordinadas à lógica patriarcal na formação social brasileira. Assim, empreendeu um salto de qualidade na produção teórica no campo de estudos feministas ao discutir a hegemonia patriarcal nas relações de gênero a partir do debate da formação social brasileira.

O segundo diz respeito à compreensão da relação entre gênero e patriarcado. Para Saffioti, as relações de gênero possuem um caráter materialista-ontológico, enquanto o patriarcado, compreendido como relações de dominação-exploração, deveria ser compreendido como uma categoria historicamente situada. Enquanto gênero não designaria imediatamente relações de dominação-exploração, o patriarcado só pode ser compreendido como uma estrutura de dominação e exploração das relações de gênero, raça/etnia e classe social, ou seja, o patriarcado determina o modo de ser em uma determinada época e território.

Se para Pinto (2014), há na elaboração de Saffioti um “feminismo bem-comportado”, em razão de sua defesa e filiação ao materialismo histórico-dialético, neste trabalho procura-se visibilizar a radicalidade e o apreço pela crítica, inclusive, das interlocuções teóricas que empreendeu. Afinal, Saffioti foi uma intelectual insurgente que incorporou e questionou de Marx a Foucault, a exemplo de suas críticas à perspectiva socialista (SAFFIOTI, 2013) e a recusa ao poder na concepção foucaultiana (SAFFIOTI, 2004), afirmando o caráter dialético do seu processo de investigação.

Nesse sentido, Saffioti precisou construir autênticas “veredas” teórico-metodológicas para interpretar o significado e os fundamentos da dominação-exploração das mulheres na sociedade brasileira. No esforço de compreensão da realidade social, buscava entender a particularidade da exploração-dominação das mulheres em uma sociedade peculiar, sem, com isso, enveredar pelos esquemas comuns em algumas abordagens marxistas e os sedutores conceitos pós-estruturalistas que, *per si*, pouco dão conta de processos históricos concretos, mediatizados, necessariamente, pelo que a autora entende por formação econômico-social.

Para discorrer sobre a “ordem patriarcal de gênero” na formulação de Saffioti, divide-se este texto em duas seções, afora as considerações finais e a introdução. Na primeira seção, apresenta-se, fundamentalmente, o debate sobre a situação das mulheres na particularidade brasileira e o desenvolvimento da articulação entre gênero, raça/etnia e classe social, posteriormente apresentada como “nó” entre o patriarcado, o racismo e o capitalismo. Na segunda seção, apresenta-se o debate sobre gênero e patriarcado na perspectiva da autora e seus embates na apreensão ontológica-materialista do gênero e a determinação patriarcal.

A exigência histórica da articulação entre gênero, raça/etnia e classe social nos estudos sobre mulheres no Brasil

Na década de 1960, após diversos intelectuais brasileiros travarem debates calorosos sobre o significado da colonização, da formação do povo brasileiro e sobre a transição à sociedade capitalista, ainda havia uma lacuna na elaboração: a condição das mulheres na sociedade brasileira, em especial após a desagregação da ordem escravocrata-senhorial e a constituição de uma ordem social competitiva, termos cunhados por Fernandes (2020). Ademais, outra lacuna abissal se apresentava à pesquisadora: a ausência de uma crítica radical ao papel que as mulheres cumprem e o lugar que elas ocupam nas sociedades capitalistas, em especial no capitalismo dependente. Até aqui, também, vale ressaltar que na década de 1960 não havia nenhuma formulação teórica de fôlego sobre o que hoje podemos designar como relações de gênero e patriarcado (evidentemente, me refiro às perspectivas feministas sobre patriarcado).

Nas reflexões travadas em sua tese de livre-docente, “A mulher na sociedade de classes”, pode-se observar o pioneirismo de Saffioti que, além de incontestável, é reconhecido por diversas intelectuais feministas que vão desde Helena Hirata à Lélia Gonzales.¹ A tese de Saffioti, sem dúvidas, “faz parte daquelas obras que permanecem na História” (GONÇALVES, 2013, p. 25).

Saffioti (2013) observou que o capitalismo exacerba as condições de apropriação privada dos meios de produção e do produto do trabalho já existente em outras formações sociais, evidencia o processo histórico de inserção das mulheres no que há de mais típico na sociedade burguesa: a relação de assalariamento e o mercado de trabalho. Em sua pesquisa, Saffioti demonstrou que as mulheres, assim como as(os) negra(o)s, não foram (ou foram tardiamente) absorvidas em ocupações marginais e precárias no mercado de trabalho formal assalariado (COSTA, 2019).

A autora considera que alguns aspectos, que “aparentemente” haviam sido superados de formações sociais anteriores, podem persistir no capitalismo, a exemplo da mobilização social de “fatores de ordem natural, tais como sexo e etnia” (SAFFIOTI, 2013, p. 58). Sendo assim, o recurso a esses fatores como justificativa para a não absorção na ordem social competitiva desviam “da estrutura de classes a atenção dos membros da sociedade, centrando-as nas características físicas que, involuntariamente, certas categorias sociais possuem” (SAFFIOTI, 2013, p. 59). Os fatores “naturais”, ao serem utilizados como justificativas para discriminações,

¹ Na edição do livro “A mulher na sociedade de classes”, publicada pela editora Expressão Popular, além do precioso texto da professora Renata Gonçalves, há depoimentos na quarta capa de feministas impescindíveis como Amelinha Teles, Helena Hirata, Maria Bethânia Ávila, entre outras. Lélia Gonzales, ao tecer críticas à interpretação de Caio Prado Jr. sobre as mulheres negras no livro “Formação do Brasil contemporâneo”, no artigo “racismo e sexismo na cultura brasileira”, indica que Saffioti deu “um baile no autor, dentro do mesmo espaço discursivo” (GONZALEZ, 2018, p. 200). O Instituto da Mulher Negra (GELEDÉS), fundado por Sueli Carneiro, publicou nota após o falecimento de Saffioti em 2010, na qual agradece à autora “pela vida e obra dedicada à emancipação das mulheres”, conforme o link <https://www.geledes.org.br/obrigada-heleieth-saffioti-pela-vida-e-obra-dedicada-a-emancipacao-das-mulheres/>.

não são elementos autônomos, ao contrário, são “mecanismos coadjuvantes da realização histórica do sistema capitalista de produção” (SAFFIOTI, 2013, p. 59).

Sendo assim, é no estudo da dinâmica das relações de produção que se deve buscar a “explicação da seleção de caracteres raciais e de sexo para operarem como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada” (SAFFIOTI, 2013, p. 60). De modo ainda mais contundente, “como até o presente nenhuma sociedade de classes extirpou definitivamente essa elaboração social de fatores naturais [...], o sexo operaria como fator de discriminação social enquanto perdurasse o modo de produção baseado na apropriação privada dos meios de produção” (SAFFIOTI, 2013, p. 60-61).

A autora considera ser fundamental a apreensão da dinâmica global do capitalismo ao evidenciar que, em determinados países centrais, houve deslocamentos significativos da “inferiorização” das mulheres, ao passo que nas economias dependentes isso se mostrava inviável. Ou seja, a dinâmica de subordinação de determinadas nações no capitalismo mundial possibilitou que se atenuasse as relações exploração-dominação decorrentes da elaboração social do “fator sexo” nas economias centrais. Por isso, o estudo das mulheres na sociedade brasileira implica considerar a dinâmica dependente do capitalismo que desenvolveu no país e o significado socio-histórico do vasto período que conforma o particular regime de classes sociais, isto é, o estudo da formação social brasileira.²

Num diálogo com expoentes de seu tempo, entre eles Caio Prado Jr, Florestan Fernandes, Celso Furtado e Nelson Werneck Sodré, Saffioti sintetiza que o processo colonizador brasileiro “constitui não uma tentativa de implantação de um sistema econômico feudal, mas o estabelecimento de uma economia colonial dependente, servindo aos interesses do florescente capitalismo mercantil europeu” (SAFFIOTI, 2013, p. 203). Na esteira do pensamento desenvolvido por Prado Jr. (2011), a autora afirma que a economia escravocrata brasileira, na fase colonial e imperial, voltou-se para o mercado internacional por meio da exportação de produtos primários, agrícolas e minerais.³ Acrescenta também que, não cabe supor incompatibilidades entre os interesses da elite que se conformou no Brasil com as burguesias que se forjavam na Europa, salvo raras exceções. No estudo do período colonial, um elemento que se destaca na análise da autora é o significado do trabalho escravizado que se constituía, simultaneamente,

2 O estudo da formação social brasileira é um aspecto medular na formulação de Saffioti e no seu pioneirismo. A necessária mediação entre as categorias modo de produção e formação social pode ser sintetizada na seguinte passagem: “um modo de produção, como fenômeno histórico que é, não surge inteiramente acabado. Em cada uma de suas concreções singulares, o tempo exigido para sua plena realização varia em função de numerosos fatores socioculturais específicos de cada sociedade” (SAFFIOTI, 2013, p. 58).

3 “Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira” (PRADO JR., 2011, p. 29).

em “mercadoria”, capaz de viabilizar grandes quantidades de capitais comerciais e “capital fixo” (propriedade do senhor de escravos). Nas colônias, no regime escravocrata (e extensivo), o trabalho escravizado era o meio mais eficaz para promover a acumulação originária nos termos de Marx (2013). Ao longo dos mais de 300 anos de escravidão, considerando as mudanças na dinâmica mundial, diversos elementos no plano interno e externo possibilitaram a abolição que, por sua vez, culminaram numa lenta e incompleta desagregação da ordem escravocrata-senhorial, afinal, ainda persistem traços arcaicos nos marcos do capitalismo dependente.

A análise empreendida em “A mulher na sociedade de classes” implica um duplo desafio: considerar o papel das mulheres no desenvolvimento da ordem escravocrata-senhorial e considerar o estatuto colonial na conformação do papel desempenhado pelas mulheres na ordem social competitiva. É a necessidade de se aproximar da realidade social que exige a apreensão das particularidades da formação social na análise da autora. Um dos pontos de partida de Saffioti, por exemplo, é o estudo da distribuição do poder na sociedade escravocrata-senhorial. Para ela, é naquele período que se forjam determinados complexos sociais que atravessam a história brasileira e são recuperados pela tradição escravocrata-senhorial para justificar o lugar que as mulheres ocupam na sociedade de classes (SAFFIOTI, 2013).

A autora considera que o tipo de colonização que ocorreu no Brasil está assentado no tipo de dominação patrimonial. Recorre a Max Weber, com a ressalva de que não objetiva tipificar nossa sociedade nos termos do autor, e a Caio Prado Jr., para sintetizar a dominação da época a partir de uma estrutura de poder “Estatual-patrimonial”. No entanto, as condições objetivas da colônia – dificuldades de comunicação, fiscalização, relações de autoridade chanceladas pelo rei – impulsionaram que os grupos/famílias que gozavam de prestígio com a Coroa passassem a ocupar uma posição central, desenvolvendo um tipo de “dominação patriarcal”. No século XIX, a dominação na sociedade brasileira já pode ser caracterizada como “patrimonial-patriarcal”, que já vinha se formando desde o início da colonização.⁴

A partir dessas condições da dominação patrimonial-patriarcal, qual a posição social das mulheres brancas e negras? Para Saffioti, “[...] cabia à escrava, além de uma função produtiva no sistema de bens e serviços, um papel sexual, via de uma maior reificação e, simultaneamente, linha condutora do desvendamento do verdadeiro fundamento da sociedade de castas” (SAFFIOTI, 2013, p. 236). No que tange ao lugar ocupado por mulheres brancas e negras nas relações sexuais à época, “estas se destinavam à satisfação das necessidades sexuais do senhor, enquanto às brancas cabiam as funções de esposa e mãe dos filhos legítimos” (SAFFIOTI, 2013, p. 238). As mulheres brancas, embora exercessem autoridade direta sobre a escravaria doméstica, desempenhavam um papel fruto de sua histórica socialização: presas ao lar, à autoridade do pai

4 A concepção de dominação patriarcal utilizada largamente no pensamento social brasileiro até os anos 1970 é bastante influenciada pelas ideias weberianas. Quando Saffioti remete à dominação patrimonial-patriarcal na obra “A mulher na sociedade de classes” para caracterizar o cenário da colonização, a autora não está se referindo à elaboração feminista sintetizada por Delphy (2009, p. 173) como “formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens”.

e/ou do marido. Os tabus sexuais que cercavam as mulheres, em especial as brancas, mantinham-se por meio de ameaças e várias formas de constrangimentos físicos e psíquicos. O casamento se apresentava como carreira inevitável e o convento, embora pudesse ser uma possibilidade de questionar a sujeição, também poderia ser mobilizado como uma ameaça aos comportamentos inadequados quando solteiras. Saffioti também destacou que, entre os grupos empobrecidos, recrutavam-se mulheres para a prostituição. É “óbvio que a castidade da imensa maioria das mulheres da camada senhorial foi possível graças à prostituição de outras. Filhas de brancos pobres, sem herança e cercadas de preconceitos contra o trabalho, subsistem recorrendo ao comércio do próprio corpo” (SAFFIOTI, 2013, p. 243). Em outra passagem, a autora arremata que a prostituição se valeu majoritariamente do aluguel de mulheres negras escravizadas pelos senhores, ampliando a exploração típica da escravidão.⁵

As mulheres também eram excluídas da participação na vida pública. O surgimento de sociedade secretas, por exemplo, proibiu de pronto a participação de mulheres. No entendimento de Saffioti (2013), a ausência de mulheres em espaços que discutiam a sociedade e os rumos da nação impactava diretamente na respectiva possibilidade de compreensão das condições políticas e econômicas em que viviam, mesmo sendo mulheres da elite. Para a autora, exemplo importante disso foi a exclusão das mulheres na participação do movimento abolicionista que se gestava entre segmentos da elite. Nem mesmo com a penetração de ideias liberais, foi possível remodelar a participação feminina, “[...] tal como acontecera com os movimentos visando à independência em relação à metrópole, a abolição seria também obra masculina” (SAFFIOTI, 2013, p. 251)⁶.

A situação das mulheres da elite, no que tange à propriedade da terra, também é um elemento importante para considerar a desigualdade. As mulheres não podiam ter a posse da terra e, nesse aspecto legal, igualavam-se às pessoas escravizadas. Algumas mulheres da elite herdavam terras, no entanto, mesmo tendo condições de gerir seu território acabavam sucumbindo ao casamento e à autoridade do marido.

Diante da conformação dos papéis destinados às mulheres na ordem escravocrata-senhorial, o processo de desagregação dessa ordem não proporcionou a *emancipação das*

5 É imperioso, após essa passagem, evidenciar a primorosa análise de Collins (2015) que, na década de 1980, ao estudar a escravidão dos Estados Unidos, ressaltou o caráter patriarcal da estrutura escravocrata e o processo de objetificação de mulheres brancas e negras que fortalecem estruturas de opressão. “A escravidão foi uma instituição profundamente patriarcal. Ela se apoiava no princípio dual da autoridade do homem branco e em sua propriedade, uma junção das esferas políticas e econômicas dentro da instituição familiar. A heterossexualidade era presumida e era esperado que todos o(a)s branco(a)s se casassem. O controle sobre a sexualidade das mulheres brancas abastadas foi central para a escravidão, uma vez que as propriedades deveriam ser passadas aos herdeiros legítimos dos senhores de escravos. Assim, assegurar a virgindade e a castidade dessas mulheres brancas estava intimamente atrelado à manutenção das relações de propriedade” (COLLINS, 2015, p. 21).

6 Convém destacar que, nessa análise, Saffioti se vale de uma historiografia limitada. Há uma invisibilidade da luta das mulheres negras nas lutas/revoltas populares e nos quilombos, a exemplos das mulheres aguerridas como Tereza de Benguela, Luísa Mahin, Maria Felipa, Dandara e Aqualtune. Ademais, os achados históricos mais recentes têm visibilizado a atuação de mulheres no movimento abolicionista, conforme o importante ensaio de Muniz e Macena (2012).

mulheres. Ao contrário, “extirpada a divisão em casta da sociedade brasileira, a determinação *sexo* ganha novo sentido, constituindo-se, [...] no disfarce adequado das tensões sociais geradas pela implantação do sistema capitalista” (SAFFIOTI, 2013, p. 253). Todavia, a autora observou ainda que a desagregação da ordem escravocrata-senhorial impactou diretamente a família patriarcal: i. proporcionou certa autonomia social, em especial, doméstica, dos mestiços e grupos escravizados; ii. provocou mudanças na conformação da autoridade do homem na família, tendo que se apoiar mais no papel econômico de provedor do que, exclusivamente, na tradição; iii. as mudanças se operaram com maior destaque nos centros urbanos do que no meio rural; iv. a imigração de trabalhadores europeus reforçou o estilo patriarcal das famílias.

Ademais, cabe considerar o cenário de desagregação da ordem escravocrata-senhorial para as mulheres. Com a abolição em 1888 e com a Constituição Federal em 1891, o voto censitário foi abolido oficialmente e os homens negros passaram, apenas formalmente, a ter direito ao voto⁷. No entanto, as mulheres, inclusive as brancas da elite, mantiveram-se alijadas dos sufrágios até 1934. Saffioti (2013) também desvela o fundamento econômico da prática da prostituição, muito mais vinculada à dimensão da exploração da força de trabalho das mulheres do que à discriminatória concepção de “desregramentos sexuais/morais” das mulheres tematizados à época. A autora também considerou os impactos da urbanização e a crescente industrialização na vida das mulheres⁸. Por fim, destacou que a alteração dos papéis postos às mulheres está relacionada à abertura de mercado de trabalho nas fábricas, lojas e escritórios, fato que contribuiu para romper o isolamento das mulheres brancas no âmbito privado-familiar.

Diante do exposto, fica explícito que Saffioti antecipa, em sua formulação da segunda metade dos anos 1960, debates que ainda seriam desenvolvidos pela crítica feminista. Trata-se da elaboração social do “fator sexo”, posteriormente tematizada pelos estudos de gênero e pela teoria das relações sociais de sexo, e da ideia de imbricação e articulação entre as relações de gênero, raça/etnia e classe social, base das discussões sobre a consubstancialidade e coextensividade das relações sociais (KERGOAT, 2010) na França e dos estudos interseccionais estadunidenses (CRENSHAW, 2002).

Embora se defenda que houve, de fato, uma antecipação aos debates e embates que os feminismos e as Ciências Sociais enfrentariam nos anos seguintes, não se pretende construir uma análise anacrônica do pensamento da autora, que buscou enfrentar seus desafios de pesquisa diante das condições objetivas da produção do conhecimento de sua época. A defesa de Oliveira (2019), ao considerar a existência de uma elaboração “embrionária” do patriarcado, na perspectiva feminista, no pensamento de Saffioti, é muito potente, pois não cabe afirmar a existência de uma elaboração do conceito feminista de patriarcado antes da década de 1970.

⁷ Embora formalmente os homens negros tivessem o direito ao voto, na prática esse direito pouco se concretizava, haja vista fatores como o analfabetismo e o conjunto de estigmas decorrentes do racismo.

⁸ “[...] o alargamento dos horizontes culturais da mulher urbana, a limitação da natalidade, o recurso crescente ao processo legal da separação conjugal constitui dados reveladores de que a posição social da mulher vem sofrendo uma redefinição” (SAFFIOTI, 2013, p. 257).

Foi, a partir desse período, que tais formulações ganharam fôlego com as contribuições de Kate Millett, Christine Delphy e Heidi Hartmann⁹.

É nesse movimento dialético de compreensão da situação das mulheres em uma sociedade de classes – considerando na análise tanto o modo de produção quanto a formação social, além de que as classes são atravessadas por relações de raça/etnia – que podemos absorver a potência de sua tese sobre a formação de uma estrutura social complexa forjada a partir do capitalismo dependente, do racismo e do patriarcado. Na obra “A mulher na sociedade de classes”, Saffioti (2013, p. 82) salientou que “preconceitos de raça e sexo desempenham, pois, um papel relevante quer na conservação do domínio do homem branco, quer na acumulação de capital”.

Evidenciando o caráter dinâmico das relações de exploração-dominação, Saffioti (2013, p. 79) também afirmou que “a sociedade não está dividida entre homens dominadores de um lado e as mulheres subordinadas de outro. Há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens”. Essa afirmação não seria realizada se a autora não tivesse considerado as relações entre raça e classe para pensar a situação de exploração-dominação das mulheres. Mais uma vez, Saffioti deixou explícita a complexidade de sua formulação e sua destreza aos fugir de esquemas explicativos que pouco elucidam a realidade.

Na esteira das reflexões pioneiras de sua tese para o pensamento social brasileiro, Saffioti contribuiu com a Sociologia do Trabalho e, ao longo dos anos 1970 e 1980, publicou inúmeros artigos e livros com resultados de suas reflexões teóricas e pesquisas empíricas sobre as mulheres no mercado de trabalho e sobre o emprego doméstico¹⁰. A partir da segunda metade da década de 1980, a autora aprofundou sua perspectiva de articulação entre gênero, raça e classe, cunhando a expressão “simbiose” para evidenciar a imbricação entre o patriarcado, o racismo e o capitalismo.

Saffioti (1985) utiliza a noção de “simbiose” para apresentar, de modo mais complexo, o patriarcado-capitalismo responsável pela produção e reprodução das relações de exploração-dominação. Em diálogo crítico com os debates de *Le sex du travail*,¹¹ publicado na França em 1984 e no Brasil em 1986, Saffioti (1985, p. 106) afirmou que “o capitalismo não pode ser pensado exclusivamente através da lógica do capital, ignorando-se sua outra face, ou seja, o patriarcado”. Dito de outra maneira, “defende-se, aqui, a tese da existência de *uma* lógica no MPC [modo de produção capitalista], entendido como resultado histórico da discutida simbiose” (SAFFIOTI,

9 “A principal referência encontrada na tese de livre-docência de Saffioti a respeito do conceito patriarcado diz respeito às leituras e análises de ensaístas, historiadores e sociólogos brasileiros que já haviam dissertado sobre o tema em suas obras sobre a formação do Brasil. São esses autores: Caio Prado Jr., Antonio Candido, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Florestan Fernandes” (OLIVEIRA, 2019, p. 61).

10 Para uma aproximação com o debate sobre divisão sexual do trabalho e emprego doméstico no Brasil a partir do pensamento de Saffioti, ver Costa (2019).

11 Saffioti (1987, p. 120) afirmou que Danièle Combes e Monique Haicault (1986), autoras do texto “Produção e reprodução: relações sociais de sexo e de classes” consideram como “típica do patriarcado a *dominação*, que entendem como fenômeno situado exclusivamente no domínio político-ideológico, e de imputarem a *exploração* puramente ao fenômeno das classes sociais, isto é, do capitalismo”.

1988, p. 148, grifo da autora). O esforço teórico-metodológico empreendido por Saffioti consiste em, concomitantemente, dialogar com os estudos sobre patriarcado e capitalismo e superar, nos termos da dialética materialista, as teses *dual system* em voga no período¹².

Ainda na década de 1980, o debate em tela adquire uma inflexão teórica mais contundente com a caracterização da “simbiose” ao incorporar o racismo, elemento já presente desde a formulação na década de 1960. Saffioti (1987) afirmou que há uma fusão entre três sistemas de dominação-exploração, ou seja, entre o patriarcado, o racismo e o capitalismo; criticou veementemente as análises que escolhem ao sabor do seu interesse um dos três sistemas ignorando algum elemento dessa tríade; destaca que não há harmonia e que a unidade entre os três sistemas está eivada de contradições; e, por fim, sinaliza que as classes dominantes são as verdadeiras beneficiadas com a “simbiose” dos três sistemas. A potência da análise cristalizada na obra “O poder do macho” pode ser sintetizada no seguinte excerto: “estes três sistemas de dominação-exploração fundiram-se de tal maneira, que será impossível transformar um deles, deixando intactos os demais” (SAFFIOTI, 1987, p. 67).

Aprofundando a perspectiva de articulação entre as categorias gênero, raça/etnia e classe, Saffioti (2004) discutiu a complexidade da realidade social utilizando, dessa vez, a metáfora do “nó/novelo” ao invés do termo “simbiose”. Essa metáfora parece ser fundamental para situar uma unidade na diversidade, presente na complexa trama de relações sociais. Não há dúvidas, a partir da formulação de Heleieth Saffioti, que o patriarcado, o racismo e o capitalismo possuem características peculiares que devem ser apreendidas de maneira historicamente determinada. No entanto, há que se considerar a realidade social como uma totalidade complexa e aberta, sempre passível de interações, a qual não cabe em modelos simplistas e arbitrários.

As relações de gênero, raça/etnia e classe social passam, diuturnamente, por inúmeras transformações, assentadas numa trama que envolve os consensos e as rebeldias possíveis na sociedade contemporânea.

Retomando o *nó* (Saffioti, 1985), difícil é lidar com esta nova realidade, formada pelas três subestruturas: *gênero, classe social, raça/etnia*, já que é presidida por uma lógica contraditória, distinta das que regem cada contradição em separado. [...] O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas ou enoveladas ou enlaçadas em um *nó*. Não se trata da figura do *nó górdio* nem apertado, mas do *nó frouxo*, deixando mobilidade para cada uma de suas componentes (Saffioti, 1998). Não que cada uma

12 Criticando as análises que recaem na ideia dos “sistemas duais”, Saffioti (2005, p. 65) afirmou que “não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista. Para começar, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração. Por esta razão, usa-se, aqui e em outros textos, a expressão dominação-exploração ou exploração-dominação. [...] De rigor, não há dois processos, mas duas faces de um mesmo processo. Daí ter-se criado a metáfora do *nó* para dar conta da realidade da fusão patriarcado-racismo-capitalismo”. Em entrevista concedida em 2004, Saffioti (2011, p. 159) é categórica: “Não me agradam as categorias binárias, minha cabeça não funciona dessa maneira. Funciona com uma lógica contraditória, cuja existência descobri em 1985, quando também pensei no *nó* ou *novelo* ou, ainda, na *simbiose*, historicamente formada pelas contradições (pilares, antagonismos, eixos) fundantes da sociedade ocidental moderna. Esse tripé [patriarcado, racismo, capitalismo], na verdade, existe em qualquer sociedade atual, mas a prudência recomenda, pelo menos, uma limitação às sociedades ocidentais de hoje”.

destas contradições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória (Saffioti, 1998). De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos (SAFFIOTI, 2004, p. 125, grifo da autora).

Importante ressaltar que para Saffioti (2004), do ponto de vista analítico, não é um demérito analisar separadamente cada uma dessas estruturas, aliás, a própria autora lançou mão desse recurso. No entanto, um grande limite consiste em não (re)construir sínteses capazes de evidenciar a complexidade da realidade social estruturada a partir do patriarcado-racismo-capitalismo. Ou seja, após a abstração de um ou mais elementos da realidade social, é necessário realizar o caminho de volta, apropriando-se da totalidade social, “síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade na diversidade” (MARX, 2011, p. 54).

Estudos de gênero, patriarcado e “ordem patriarcal de gênero”

O primeiro pesquisador a mencionar “gênero” foi Robert Stoller em 1963¹³. Entretanto, o conceito ganhou uma formulação de fôlego na literatura feminista a partir de 1975, com a publicação do texto *The traffic in woman: notes on the political economy of sex*, de Gayle Rubin que buscava historicizar a construção de um sistema de sexo/gênero. Segundo Rubin (2017, p. 11), “um sistema de sexo/gênero consiste em uma série de arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas”. Embora tenha considerado a importância do artigo de Rubin, Saffioti aponta que a “elaboração social do sexo” não deve nos induzir a uma dicotomia “sexo” x “gênero”, como se o primeiro estivesse situado restritamente no campo da biologia e o segundo no campo da sociedade. Em outra direção, “a postura aqui assumida consiste em considerar sexo e gênero uma unidade, uma vez que não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida” (SAFFIOTI, 2005, p. 44). É importante sinalizar que Saffioti também considerou, mais tarde, o papel das reflexões de Simone de Beauvoir sintetizada na célebre obra intitulada “O segundo sexo”, publicado em 1949. Nas palavras de Saffioti (1999, p. 160), trata-se da “manifestação primeira do conceito de gênero [...] é preciso aprender a ser mulher, uma vez que o feminino não é dado pela biologia, ou mais simplesmente pela anatomia, e sim construído pela sociedade”.

No Brasil, a difusão do termo “gênero” acontecerá a partir de 1986, com a publicação da primeira versão do texto *Gender: a useful category of historical analysis* de autoria de Joan Scott, revisto por ela em 1989. Scott (2019, p. 67) defendeu que “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero

13 Diante das controvérsias em relação à data em que o termo gênero passou a ser utilizado por Robert Stoller, opta-se pela periodização de Donna Haraway (2004).

é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Algumas estudiosas, como Saffioti, utilizava a expressão “categorias de sexo” para designar homens e mulheres como grupos sociais e as relações assimétricas que os constituíam. O caráter “relacional”, que já parecia óbvio nos chamados *woman studies*, em destaque nas décadas de 1960/1970, passou a ser encarado como o grande avanço da categoria “gênero”, traduzindo-se, portanto, em um certo pleonasma do ponto de vista teórico-metodológico¹⁴.

Em diálogo crítico com o pensamento desenvolvido por Scott (2019), Saffioti construiu sua síntese sobre os limites e os avanços do gênero como categoria histórica, aspecto que se diferencia da formulação calcada na perspectiva do gênero cunhada no campo da análise. Para Saffioti (2005), a própria Scott, embora tivesse dado ênfase à dimensão analítica, também evidencia o caráter histórico do “gênero” ao estabelecer que esse é composto por elementos simbólicos, culturais, normativos, políticos e subjetivos.

Saffioti (2004, p. 116) sintetizou que “gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas interrelacionadas”. A utilização do termo gênero, substituindo “categorias de sexo”, é pertinente diante do amplo movimento de crítica ao essencialismo biológico que se constitui nos estudos e lutas feministas e LGBT¹⁵. No entanto, Saffioti (2004, 2005) destacou que a dicotomia “sexo x gênero” no pensamento feminista pode recair, também, numa interpretação dicotômica do ser social, cindido, assim, entre “natureza x cultura”. Nesse tema, é salutar o diálogo de Saffioti com a obra “Para uma ontologia do ser social”, de autoria de György Lukács, pois é um ponto de inflexão fundamental na formulação tardia da autora ainda pouco explorado pela literatura que versa sobre sua obra¹⁶.

Todavia, a preocupação ontológica não é aleatória e nem tardia no pensamento da autora, ao contrário, desde o final dos anos 1980, Saffioti elabora sua recusa à chamada razão cartesiana. A razão cartesiana, na concepção de Saffioti (1991, 2009), separa o universal e o particular, a cultura da natureza, a razão da emoção e o corpo da mente. Saffioti destaca, em especial, a contribuição da crítica feminista ao dizer que “a ciência cartesiana não é neutra do ponto de vista de gênero” (1991, p. 143). Para a autora, na crítica feminista “o sujeito cognoscente já não é a razão isolada das demais dimensões da vida, mas um indivíduo historicamente particular, social, corporificado, interessado, emocional e racional” (1991, p. 143-144). Ao demonstrar que

14 “A natureza do ser social é, pois, *relacional*. Já que não se compreende o outro como oposto ao eu, a natureza deste não define a natureza do outro pela oposição a ele. Os outros podem ser semelhantes ao eu, como podem ser diferentes dele, a similaridade e a dessemelhança coexistindo em todas as dimensões da vida social. [...] não se trata, obviamente, de negar as polaridades socialmente construídas e, portanto, historicamente situadas” (SAFFIOTI, 1991, p. 164-165).

15 Não se pode deixar de considerar os avanços da categoria gênero no âmbito dos estudos sobre a construção da masculinidade, dos movimentos LGBT, em especial, na problematização sobre as identidades de gênero que rompem com as imposições do binarismo de gênero (NOGUEIRA, 2014).

16 Convém destacar que Saffioti, já nos anos 1960, nutriu um diálogo com o pensamento do intelectual comunista húngaro, György Lukács, por ocasião da escrita da sua tese “A mulher na sociedade de classes” a partir da leitura da obra “História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista”, publicado originalmente em 1923.

o racionalismo cartesiano não é neutro, Saffioti afirmou que se opera uma “masculinização” do pensamento, em outros termos, a concepção de razão dualista é fundamentalmente misógina, radicada numa “ontologia androcêntrica” que absolutiza a razão, o público e a autonomia, como espaço da essência do ser social circunscrito ao universo masculino.

Nessa direção, Saffioti (1991) destacou a importância do materialismo histórico-dialético ao conceber a “contradição” como elemento que compõe a realidade social e, portanto, que deve ser componente do exercício de apreensão do real. Não se trata de polos exclusivos, mas de polos em permanente processo contraditório. A autora se propôs a compreender o “ser social” por meio de uma “ontologia relacional”, explicitando o “caráter social dos sujeitos das relações de gênero, de classe e étnicas, ao contrário do positivismo, que descontextualiza tais agentes” (1991, p. 148). Assim sendo, o tecido social é constituído pelos produtos legados de outras gerações e pela capacidade e respostas novas construídas pelos agentes sociais em determinada época. O ser social possui uma natureza relacional que lhe é insuprimível. A similaridade e a diferença convivem na dinâmica relacional inerente à diversidade do ser social¹⁷, já as desigualdades são historicamente determinadas e construídas, ou seja, passível de transformação.

Na concepção de gênero construída por Saffioti, o processo de diferenciação do masculino e feminino diz respeito às três esferas ontológicas do ser, a inorgânica, a orgânica e a social. Diferenciações na esfera inorgânica/orgânica geraram diferenças sexuais e, à medida que há complexificação dessas duas esferas e surge a cultura, é possível apreender as possibilidades de representação do masculino/feminino, isto é, do gênero¹⁸. A constituição do gênero, na gênese do “ser social”, dá-se a partir de significados cunhados na diferença sexual inicialmente restrita à esfera orgânica. Com o processo de “desenvolvimento do ser social, as mediações culturais foram crescendo e, portanto, deixando cada vez mais remota e menos importante a diferença sexual. Como, porém, o ser social não poderia existir sem as outras duas esferas ontológicas, não se pode ignorá-las” (SAFFIOTI, 2005, p. 71).

No entanto, é no processo de “recuo das barreiras naturais” que corre o permanente processo de expansão das objetivações do ser social, processo contraditório que expressa a “determinação social” do ser e não a superação das esferas orgânica e inorgânica (LUKÁCS, 2013). O recurso à ontologia do ser social, inspirada em Lukács, permite compreender a conexão entre o complexo categorial do ser social, a determinação social no processo de recuo

17 Para uma apropriação mais contundente do potencial heurístico da categoria “diversidade humana” a partir das elaborações de Marx e Lukács, conferir o trabalho de Santos (2019). De forma sintética, a autora considera a “diversidade humana” como elemento constitutivo da individualidade, ou seja, a diversidade se apresenta no processo histórico de individuação do ser social.

18 É importante registrar que a ausência de uma devida problematização do significado do trabalho, da divisão sexual do trabalho e da sociabilidade construída a partir da cooperação, aspecto inerente ao desenvolvimento do ser social, obstaculiza o alcance da problematização de Saffioti (2004, 2005). Essa afirmação apenas endossa que a aproximação entre o debate de gênero de Saffioti e a relação com a concepção ontológica-materialista do ser social permanece como um espaço profícuo para a investigação. Alguns elementos introdutórios acerca dessa discussão encontram-se sistematizados em Nogueira (2018) e Nogueira, Pereira e Toitio (2020).

das barreiras naturais, o caráter histórico e heterogêneo das objetivações, e a incessante relação entre teleologia e causalidade (LUKÁCS, 2012).

É necessário tornar unitário o que o pensamento cartesiano separou: o corpo e a história. “Gênero” se inscreve no plano da história, mas não pode ser compreendido definitivamente separado do “sexo”. O gênero independe do sexo apenas no sentido de que não se apoia necessariamente no sexo para proceder à formação do agente social. Há, no entanto, um vínculo orgânico entre gênero e sexo, ou seja, o vínculo orgânico que torna as três esferas ontológicas uma só unidade, ainda que cada uma delas não possa ser reduzida à outra. Obviamente, o gênero não se reduz ao sexo, da mesma forma como é impensável o sexo como fenômeno puramente biológico (SAFFIOTI, 2005, p. 70).

É por meio da cultura que o sexo se expressa a partir das relações de gênero. Sendo assim, a complexificação das relações sociais de uma dada época possibilita que o sexo seja expresso em relações de poder. Dito de outra maneira, gênero só se expressa como relações de poder se estiver inserido numa determinada trama de relações sociais pautadas em assimetrias e hierarquias que não se explicam como recurso exclusivo ao gênero.

A trajetória de Saffioti em seus estudos sobre a situação das mulheres na sociedade de classes e a aproximação crítica com a literatura feminista entre os anos 1970 e 1980 – das elaborações do feminismo radical ao feminismo materialista francófono – possibilitou à autora desenvolver um olhar particular sobre as relações de gênero que está sintetizado nas suas produções finais, especialmente na obra intitulada “Gênero, patriarcado, violência”, publicada em 2004. Além da trajetória de interlocução com o materialismo histórico-dialético e com o pensamento social brasileiro, o olhar particular de Saffioti para a relação entre gênero e patriarcado também se deu a partir das seguintes interlocuções: i. diálogo amplo e crítico com o pensamento feminista que embarcava na tese do *dual system*: Christine Delpy em sua obra de referência *Lennemi principal: économie politique du patriarcat* e Heidi Hartmann na sua síntese publicada no texto *The unhappy marriage of marxism and feminism*; ii. diálogo com as pesquisas históricas e analíticas de Gerda Lerner, na “A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens” e de Carole Pateman na obra “O contrato sexual”; iii. revisão crítica do debate de gênero pós-estruturalista a partir das formulações de Gayle Rubin, Joan Scott e Teresa de Lauretis. Com a revisão da literatura produzida por Saffioti, pode-se afirmar que é no diálogo com Lerner (2019) e Pateman (1993) que Saffioti extrai significativos argumentos para historicizar e conceituar o patriarcado.

Sobre a contribuição de Lerner (2019), Saffioti (2004, p. 119) afirma que “é muito cuidadosa na análise das evidências históricas”. Lerner (2019) realiza uma incursão histórica com o objetivo de compreender como o patriarcado se estabeleceu e se institucionalizou. Em sua obra, a autora explora um conjunto de elementos que discorrem sobre a relação entre a propriedade privada e a função reprodutiva das mulheres, a organização patriarcal do Estado

e o papel de suas regulamentações morais/sexuais, a construção da dominação masculina, o papel dos mitos e da figura das divindades femininas, o significado do surgimento das grandes religiões monoteístas e a desvalorização das mulheres.

Para Saffioti (2005), Lerner realizou um estudo minucioso, desde as sociedades caçadoras e coletoras, evidenciando a possibilidade de relações mais igualitárias entre homens e mulheres nas sociedades em que havia uma interdependência econômica entre os trabalhos desenvolvidos por homens e mulheres. Remetendo-se ao tempo e à divisão sexual do trabalho nas sociedades caçadoras e coletoras, a partir de Lerner (2019), Saffioti (2005, p. 54) afirmou que o “exercício da criatividade exige tempo livre, e os homens, certamente, o usaram para criar sistemas simbólicos que inferiorizaram as mulheres, como também forneciam os elementos para a interpretação do cotidiano no sentido da constituição de sua primazia”.

No diálogo com Pateman (1993), Saffioti (2004, 2005) incorporou, prioritariamente, a ideia de que as mulheres são objeto do “contrato original” estabelecido entre os homens¹⁹. Pateman (1993), na esteira da Ciência Política, criticou a invisibilidade do caráter sexual do chamado contrato social, peculiar à modernidade, deixando explícito o papel do casamento, a figura do homem-marido e a subordinação das mulheres no matrimônio. Nas palavras da autora, “o contrato sexual é uma história de sujeição” (PATEMAN, 1993, p. 16)²⁰ e é por meio desse contrato que se institucionaliza o chamado “patriarcado moderno”.

Segundo Saffioti (2005, p. 63), “focalizar o contrato sexual colocando em relevo a figura do marido permite mostrar o caráter desigual deste pacto, no qual se troca obediência por proteção”. Esses elementos contribuem para Saffioti (2005) afirmar que o patriarcado é expressão de poder político e que, nesse sistema, a diferença sexual é convertida politicamente em sujeição das mulheres. De forma sintética, o potencial da categoria patriarcado para o estudo das relações de gênero:

1. não se trata de uma relação privada, mas civil; 2. dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição. [...] 3. configura um tipo hierárquico de relação que invade todos os espaços da sociedade; 4. tem uma base material; 5. corporifica-se; 6. representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2005, p. 62-63).

Quando Pateman (1993, p. 40) chamou atenção para a necessidade de se fazer “uma história feminista do conceito de patriarcado”, a contribuição de Saffioti é fundamental. No

19 Convém evidenciar que o “fato de o patriarcado ser um pacto entre os homens não significa que a ele as mulheres não oponham resistência. [...] sempre que há relações de dominação-exploração, há resistência, há luta, há conflitos, que se expressam pela vingança, pela sabotagem, pelo boicote” (SAFFIOTI, 2005, p. 65-66).

20 Em entrevista concedida em 2004, Saffioti (2011, p. 158) destaca a importância dessa contribuição teórica: “há um livro estupendo, intitulado *O contrato sexual*, de Carole Pateman, uma cientista política feminista, que examina o contrato de casamento à luz das teorias do contrato, mostrando que esse tipo de contrato permite o estupro. O livro merece os mais exultantes encômios pela maneira como foi redigido e pelas evidências nele reveladas”.

campo dos estudos feministas no Brasil, Saffioti discorreu sobre a importância de não diluir as relações de exploração-dominação das mulheres em conceitos mais palatáveis, ao sabor das perspectivas liberais.

A defesa da categoria patriarcado no pensamento de Saffioti não se reduz a um mero problema epistêmico. A autora está preocupada em explicitar com radicalidade um dilema que atravessou modos de produção, resignificou-se com o capitalismo e segue se validando diariamente com recursos ideológicos, simbólicos e violentos. Utilizar o patriarcado nos estudos sobre gênero é uma necessidade e um compromisso histórico, pois se trata do “único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher” (PATEMAN, 1993, p. 39).

Com essas considerações, é impossível deduzir autonomia entre gênero e patriarcado na sociedade contemporânea. Igualmente, é impossível reduzir esse a uma estrutura histórica de um passado longínquo e distante, pois vive e organiza também o presente. Embora sejam categorias distintas, atualmente elas apenas se explicam articuladas historicamente. Destarte, é necessário mobilizar um conjunto de mediações que envolvam a forma de propriedade, as características assumidas pela divisão do trabalho, a formação das classes sociais e as relações étnico-raciais. A compreensão de gênero no pensamento de Saffioti é indivorciável das consequências teórico-metodológicas do “nó”: “não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta junção” (SAFFIOTI, 2005, p. 48, grifo nosso).

O esforço particular de Saffioti consiste em: i. compreender gênero a partir da ontologia do ser social; ii. compreender a construção histórica das desigualdades de gênero a partir da categoria patriarcado; iii. afirmar a determinação histórico-material do patriarcado nas relações de gênero.

[...] Gênero é aqui entendido como muito mais vasto que o patriarcado, na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o gênero compreende também relações igualitárias. Desta forma, o patriarcado é um caso específico de relações de gênero. [...] a construção do patriarcado precisou de aproximadamente 2.500 anos: de 3100 a.C. a 600 a.C., quando apenas então teria se consolidado. Sua idade é, pois, segundo as evidências encontradas por esta historiadora [Gerda Lerner], de 2.400 anos. Somando-se os dois períodos, têm-se aproximadamente cinco milênios de dominação masculina (SAFFIOTI, 2005, p. 51).

Saffioti, ao sintetizar o patriarcado como um caso específico das relações de gênero, nos coloca diante de uma interpretação ontológica das relações de gênero e de uma concepção histórica do patriarcado. O pioneirismo de Saffioti, também no debate de gênero, é fundamental para (re)colocar o gênero no âmbito do processo mais amplo de humanização do ser social e para situar historicamente os elementos que reprimem o potencial da práxis social. Ao considerar o patriarcado uma determinação historicamente situada, Saffioti coloca em questão a necessidade de destruir essa forma de exploração-dominação para que possa se desenvolver relações igualitárias entre os seres humanos, que supere a “ordem patriarcal de gênero”.

Considerações finais

Nos limites do presente artigo, buscou-se discorrer sobre a construção teórico-metodológica da categoria “ordem patriarcal de gênero” cunhada por Heleieth Saffioti em seu complexo esforço de interpretação das relações sociais na sociedade contemporânea. Mais que um esforço restrito ao campo epistemológico, de afirmação e/ou negação das formulações de sua época, Saffioti se mostrou uma intelectual de notável cabedal teórico-cultural, preocupada com a necessidade de uma reflexão crítica e radical, capaz de desvelar as aparências, evidenciando os fundamentos que exprimem as relações entre gênero, raça e classe social.

Em 1962, Heleieth Saffioti iniciou sua incursão no âmbito dos chamados “estudos sobre mulheres”. Desde então, a preocupação com o estudo da sociedade como totalidade orgânica – e suas contradições principais: sexismo, racismo e classes sociais – é elemento fundamental do conjunto de sua investigação. O esforço da autora consistiu na compreensão das “contradições vividas pelos contingentes humanos em sociedade, desde que o ser humano descobriu como dominar-explorar outros seres humanos” (SAFFIOTI, 2009, p. 9). Fica evidente a preocupação histórico-ontológica de Saffioti, seu rigor teórico-metodológico e sua astúcia ao manejar as categorias centrais do materialismo histórico-dialético, como totalidade, contradição e mediação. Das formulações primeiras, ainda na década de 1960, às elaborações maduras, Saffioti nos exige um esforço de compreensão do real em suas múltiplas expressões sem, com isso, recair em análises fragmentárias e fugidias, afinal, é impossível “restabelecer a unidade do ser humano sem recorrer a uma abordagem ontológica” (SAFFIOTI, 2005, p. 40).

Nessa direção, em diálogo com as duas seções deste texto, é preciso concordar com Saffioti (2009) ao questionar e nomear quem se beneficia com a substituição da categoria patriarcado pelas teorias weberianas e pós-estruturalistas de gênero. Considerando que a teoria desempenha um papel fundamental, é necessário se questionar se os estudos de gênero dão conta do objetivo proposto: questionar e explicar a lógica de dominação-exploração vivenciada a partir das experiências gendradas. Ademais, a “pseudoneutralidade” dos estudos de gênero e a ocultação do sujeito fundamental na luta contra as relações de dominação-exploração acaba por reduzir o potencial dessa categoria ao tomá-la como alternativa ao patriarcado. Saffioti endossou a importância política da categoria patriarcado nos processos de mudança ao perceber o papel central das mulheres como categoria social explorada-dominada.

Em suma, Saffioti (2004, 2005) recusou o uso exclusivo da categoria gênero e, conseqüentemente, refutou as formulações que consideram o patriarcado uma categoria a-histórica que deve ser colocada no limbo do pensamento social. Se gênero é parte da construção do ser social, o patriarcado é produto histórico-social das relações de gênero pautadas em formas diversas de exploração-dominação. Isso implica reconhecer que não é possível explicar as relações de gênero isoladas dos contextos históricos nas quais se inserem. O caminho trilhado por Saffioti exigiu uma análise da particularidade brasileira para apreender o papel desempenhado e

o lugar ocupado pelas “categorias de sexo” e, assim, a autora abarcou um conjunto de mediações que envolvem as relações raciais, o processo colonizador, o trabalho e o caráter dependente do capitalismo brasileiro. Uma análise preciosa que, para além das suas conclusões, nos colocam diante de um exercício crítico e dialético, capaz de explorar as determinações socio-históricas no decorrer da investigação de um objeto de pesquisa.

O legado de Saffioti analisado neste trabalho apresenta uma série de desafios que requisita considerar que: i. não há oposição entre objetividade e subjetividade nas relações sociais; ii. todo conhecimento é socialmente produzido e essa assertiva implica reconhecer o “ponto de observação” das pessoas que investigam a realidade; iii. a ideologia dominante, ou seja, da classe que explora e domina, é racista e patriarcal.

Como o patriarcado é produto histórico-social, para Saffioti (2009), o caminho das mudanças sociais se vincula à construção de uma educação livre da ordem patriarcal, para que seja possível estabelecer a chamada “ordem democrática de gênero”. Evidentemente, qualquer processo amplo e estrutural deve levar em consideração a existência do “nó” entre o patriarcado, o racismo e o capitalismo. Não há alternativa analítica e prática-política emancipatória se o referido “nó” não for desatado em sua totalidade.

Referências

- COLLINS, Patrícia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. *In: MORENO, Renata (org.). Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, 2015. p. 13-42.
- COSTA, Renata Gomes da. **Apropriação das mulheres no Brasil: uma análise feminista e antirracista das consequências materiais do capitalismo dependente**. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UERJ, Rio de Janeiro, 2019.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.171-188, 2002.
- DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). *In: HIRATA, Helena et al. (org.). Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 173-178.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Contracorrente; Curitiba: Kotter, 2020.
- GONÇALVES, Renata. O pioneirismo de A mulher na sociedade de classes. *In: SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 11-25.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In: GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 190-214.
- HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 22 p. 201-246, 2004.
- KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 86, p. 93-103, mar. 2010.
- LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do Ser Social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do Ser Social II**. Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858 esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MUNIZ, Diva do Couto Gontijo Muniz; MACENA, Fabiana Francisca. Mulheres e política: a participação nos movimentos abolicionistas do século XIX. **Revista Mosaico**, Vassouras, v. 5, n. 1, p. 45-54, jan./jun. 2012.
- NOGUEIRA, Leonardo. **Relações de gênero**: análise teórico-crítica. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, Teófilo Otoni, 2014.
- NOGUEIRA, Leonardo. **Relações patriarcais de gênero e Serviço Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.
- NOGUEIRA, Leonardo; PEREIRA, Maysa; TOITIO, Rafael. **O Brasil fora do armário**: diversidade sexual, gênero e lutas sociais. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.
- OBRIGADA Heleieth Saffioti pela vida e obra dedicadas à emancipação das mulheres. **Portal Geledés**, São Paulo, 15 dez. 2010. Disponível em: www.geledes.org.br/obrigada-heleieth-saffioti-pela-vida-e-obra-dedicada-a-emancipacao-das-mulheres/. Acesso em: 20 ago. 2020.
- OLIVEIRA, Viviane Modda. **Revisitando Heleieth Saffioti**: a construção de um conceito de patriarcado. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFSCAR, São Carlos, 2019.
- PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz de Terra, 1993.
- PINTO, Céli Regina Jardim Pinto. O feminismo bem-comportado de Heleieth Saffioti (presença do marxismo). **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 321-333, jan./abr. 2014.
- PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. *In*: RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017. p. 9-61.
- SAFFIOTI, Heleieth. Força de trabalho feminina no brasil: no interior das cifras. **Perspectivas**, São Paulo, v. 8, p. 95-141, 1985.
- SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.
- SAFFIOTI, Heleieth. Movimentos sociais: face feminina. *In*: CARVALHO, Nancy Valadares de (org.). **A condição feminina**. São Paulo: Vértice: Editora Revista dos Tribunais, 1988. p. 143-178.
- SAFFIOTI, Heleieth. Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. *In*: SILVA, Maria Aparecida de Moraes. (org.). **Anais do seminário temático II**: Mulher em seis tempos. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras: UNESP, 1991. p. 141-176.
- SAFFIOTI, Heleieth. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 12, p. 157-163, 1999.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- SAFFIOTI, Heleieth. Gênero e patriarcado: a necessidade da violência. *In*: MARTÍN-CASTILLO, Márcia; OLIVEIRA, Suely de (org.). **Marcadas a ferro**: violência contra mulher: uma visão multidisciplinar. Brasília: SPM, 2005. p. 35-76.
- SAFFIOTI, Heleieth. Quantos sexos? Quantos gêneros? Unissexo? Unigênero? **Cadernos de Crítica Feminista**, Recife, n. 2, p. 06-32., dez. 2009.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Silvana. Mara de Moraes. dos. Luta de classes e a questão da diversidade humana: debate atual e perspectivas político-teóricas. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 17, n. 32, p. 68-87, jan./abr. 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49-80.

Recebido em: 27/09/2020

Aceito em: 03/03/2021